

António Costa alerta para a necessidade de agir rapidamente sobre alterações climáticas

10 de Março, 2023

Foi após a [assinatura do contrato entre a Fundação Champalimaud e a Philips](#), para reduzir em 50% a pegada carbónica nos equipamentos de imagiologia da fundação, que **António Costa**, primeiro-ministro de Portugal, falou acerca das alterações climáticas e o que deve ser feito para as contrariar.

“As alterações climáticas são o maior desafio que a humanidade enfrenta, de que depende simplesmente a nossa sobrevivência na terra”, referiu o primeiro-ministro, no seu discurso, considerando que, “para alcançar esse objetivo, temos de prosseguir um conjunto de medidas de modo transversal”.

Proteger o mar e as florestas, que são os principais consumidores de carbono no nosso planeta, é fundamental. O chefe do Governo português destacou ainda o investimento nas energias renováveis, para que o recurso a fontes poluentes de energia diminua.

António Costa afirmou que é preciso aumentar a eficiência energética na mobilidade e nos edifícios, setores que são, afinal, dois dos maiores produtores de carbono. No entanto, o primeiro-ministro nota um esquecimento geral dos equipamentos: “muitas vezes desvalorizamos o peso que os equipamentos têm nas emissões de carbono, direta e indiretamente”.

Reduzir as emissões de carbono, resultantes do funcionamento dos equipamento, é, por isso, “da maior importância”, mencionou António Costa. Usando a mudança dos equipamentos da Fundação Champalimaud como exemplo, o primeiro-ministro salientou a dimensão da economia circular, “para promover a reutilização de um conjunto de materiais críticos essenciais ao funcionamento destes dispositivos”. A Organização das Nações Unidas identifica estes componentes como uma das maiores fontes de emissões de carbono.

António Costa disse ainda que Portugal está triplamente exposto aos riscos das alterações climáticas. “Está exposto à erosão costeira, por via da subida das águas do mar, à seca, em particular no sul do país, e ao risco dos incêndios florestais”, enumerou.

Esta exposição é uma das razões pelas quais Portugal assumiu, em 2016, o objetivo de atingir a neutralidade carbónica em 2050. “Uma ambição que toda a União Europeia acabou por assumir, no quadro da lei europeia do Clima”, notou o primeiro-ministro. Mas Portugal quer antecipar esta meta.

António Costa lembrou que o Governo ambiciona atingir a neutralidade carbónica em 2045. “Estamos bastante avançados numa das componentes fundamentais para esta transição, que é o investimento nas energias renováveis”. Segundo o primeiro-ministro, a energia limpa equivale a 58% da

totalidade da eletricidade consumida no país. Até ao final da legislatura, António Costa quer que 80% da eletricidade consumida no país seja proveniente de fontes renováveis.

E se as condições naturais de Portugal permitem ter um custo mais acessível nas energias renováveis, o primeiro-ministro destacou “a produção de gases renováveis”, já que, segundo o responsável, muitas atividades não vão poder ser eletrificadas, como “as indústrias mais pesadas, a aviação e a navegação”.

“Se queremos mesmo atingir a neutralidade carbónica, todos temos de dar o nosso pequeno passo para que a pegada do carbono seja menor no nosso planeta”

Portugal teve, durante dois anos consecutivos, os preços mais baixos de energia solar a nível mundial, e António Costa vê esse dado como a possibilidade de o país “estar na vanguarda da produção de hidrogénio verde”. Isso mudaria significativamente a realidade económica nacional. “De grande importador de energia”, poderemos passar a ser “não só produtores mas também exportadores”, afirmou o primeiro-ministro.

Outra dimensão, “forçada pela União Europeia”, que o primeiro-ministro mencionou no discurso, é a de os fabricantes de carros virem a ser impedidos de produzir veículos a combustão num futuro próximo. “Discute-se, neste momento, se será em 2035 ou cinco anos depois”, referiu António Costa.

“Isso significa que vamos ter de acelerar a transição da mobilidade”, explicou o chefe do Governo. Não se trata só “da mobilidade dos autocarros ou do metro”, mas de todo o tipo de viaturas de passageiros. É assim fundamental, para António Costa, investir na rede de transportes públicos, bem como fazer a transição para as novas mobilidades elétrica e de hidrogénio.

Retomando a problemática dos edifícios e dos equipamentos, António Costa concluiu o seu discurso alertando para que “todos aqueles que utilizam os equipamentos que a fundação Champalimaud utiliza, mas também todos os outros, seja na indústria ou nos serviços, façam a própria análise às emissões que produzem com os equipamentos com que trabalham”.

“Se queremos mesmo atingir a neutralidade carbónica, todos temos de dar o nosso pequeno passo para que a pegada do carbono seja menor no nosso planeta”, rematou o primeiro-ministro, “tendo como consciência que 2035 não é no próximo século; está já a uma dúzia de anos”.

Por: Redação da Ambiente Magazine.